

REDACTOR PRINCIPAL  
**ALEXANDRE VIEIRA**  
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho  
EDITOR—**JOAQUIM CARDOSO**  
Redacção e administração: Calçada do Combro, 38-A, 2.º  
Lisboa—PORTUGAL  
End. telegr. *Talho*—Lisboa • Telefone 17  
Officinas de impressão: Rua da Atalaia, 134

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ—PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

## Evolução da tática operária

Delegados de oficinas—Conselhos de oficinas, de indústria e de operários

Antes da guerra, existiam, aqui e ali, delegados de oficinas. Eleitos pelos operários de uma mesma oficina, as suas funções eram ínfimas: ocupar-se dos operários contratados de novo, no interesse do sindicato; cobrar as cotizações sindicais; convocar as reuniões de operários; por vezes fixar de acordo com as direcções das fábricas o preço das peças, velar pelas infracções das regras sindicais e apontar-lhes os sindicatos. Eis aproximadamente as funções dos raros delegados de oficinas que existiam aqui e ali, em diversas indústrias. Alguns conselhos de delegados de oficinas se haviam também formado, mas sem função determinada. Era um movimento embrionário. As condições criadas pela guerra deviam dar-lhe uma aceleração considerável e fazer realizar, em alguns ou no que talvez tivesse necessidade de muitos anos de paz, para atingir o desenvolvimento actual.

Os governantes, pelo «Defence of the Realm Act» (D. O. R. A.) e pelo «Munitions Act», haviam suspendido todas as regras sindicais e suprimido todas as actividades sindicais e designadamente o direito de greve. A engrenagem oficial das *Trade Unions* sofreu então grande tumulto. Um funcionário de um sindicato, o secretário, por exemplo, era alvo de perseguições se ordenava uma greve em virtude de decisão dos operários. Grande número de problemas se apresentavam, exigindo uma solução que o funcionário sindical já não podia obter: questão de novos processos de trabalho por peça (nos sindicatos dos mecânicos opunham-se-lhe com toda a força); questão da diminuição voluntária da produção de cada operário, o que os britânicos chamavam «diluição do trabalho», etc. Tudo isto variava de oficina para oficina. Só o sistema dos funcionários de oficina, eleitos pelos operários, permitia resolver estas questões em grandes atitudes com o patronato, sem grave perigo para os operários. E os delegados de oficinas multiplicaram-se. Por toda a parte os operários os elegeram e a sua importância cresceu rapidamente. A necessidade criou o órgão e a função. O «Munitions Act» foi assim completamente invalidado. Já não correspondia ao que para que o governo o tinha publicado. O resultado era o contrário do operário, porque robustecia o movimento operário obrigando-o a modificar um pouco a sua tática e a sua organização, tornando esta última menos burocrática, mais democrática.

O movimento assim desencadeado produziu naturalmente todas as suas consequências, que sucessivamente se manifestaram e desenvolveram em lutas diversas, a princípio sem nenhuma ligação entre si, depois, com a criação das condições da indústria. De todas as relações estabeleceram-se, todos os aspectos que se haviam criado tendendo a agrupar-se, a agregar-se uns aos outros, segundo uma ordem que o interesse dos homens e a lógica das coisas determinavam.

Actualmente a organização, sempre a via de aumento e de extensão, é a seguinte: Cada oficina os operários de uma oficina elegem delegados («shop stewards»). Estes agrupam-se: é o conselho de oficina («works shop committee»). Na mesma casa ou firma há várias oficinas. Nesse caso há vários conselhos de oficinas. Cada conselho tem um secretário e um convocador («convener»), reunião dos secretários e convocadores de uma mesma casa industrial forma o conselho de indústria («workshop committee»), que elegem um secretário geral, um tesoureiro e um convocador («chief convener»). Homens e mulheres podem ser eleitos para todos os cargos.

Os convocadores assim eleitos pelos operários de indústria agrupam-se, na mesma cidade ou distrito, para formar conselhos locais de delegados de oficinas e de operários («local shop stewards and workers committee»). Cada conselho local elegem delegados ao conjunto forma um conselho nacional de delegados de oficinas e de operários («National shop stewards and workers committee»).

A base desta organização não é a oficina, como nos sindicatos, é a oficina. E assim porque o trabalho em comum na mesma oficina, ainda que de natureza diferente, liga mais os homens entre si do que o mesmo trabalho em fábricas ou manufacturas diferentes.

O organismo parte do indivíduo operário para chegar, por via de agrupamento sucessivo, a um órgão nacional, abrangendo em resumo todos os operários de todas as indústrias da nação. E por operários entendem-se tanto os empregados de escritório, os engenheiros e chefes de serviço, como os técnicos das oficinas e os serventes. Esta organização não é o produto de uma ideia, mas o resultado de uma ideia. O cérebro de um ou de muitos homens não a imaginou e não se esforçou de seguida em fazê-la passar à prática. Nada disso. Esta organização realizou-se em via de realização sob a pressão das condições de vida; e então naturalmente acaba por tomar uma forma estritamente lógica e racional. Este organismo sociológico, que apresenta uma grande analogia com os organismos fisiológicos elevados e bem diferenciados, tem também grandes analogias com o sistema das Bólsas de Trabalho. Estas correspondem quasi ao conselho local de delegados de oficinas e de operários; a Federação das Bólsas correspondia ao Conselho Nacional. O sistema não é idêntico, porque os delegados que formam a Bólsa não são eleitos por oficinas, mas por ofícios, por profissões.

Os princípios em que esta organização assenta são:—representação directa dos operários, das oficinas e das indústrias nos diversos comités; fiscalização de toda a política seguida, nas mãos dos operários;—acção directa para o cumprimento dos desideratos dos operários. Os fins que por ela se procura atingir são:—uma fiscalização cada vez maior das condições das oficinas, no ponto de vista do trabalho, da higiene, etc.; a regulamentação das condições de emprego dos operários; a organização dos operários, sobre uma base de classe; a defesa dos interesses da classe operária até que triunfe.

Este organismo funciona como se segue:—Os convocadores convocam todas as reuniões de oficinas e de conselhos. O secretário geral do conselho de indústria organiza a lista dos trabalhos por peça e as suas condições, vela pela observância das convenções feitas com a firma, reúne todas as informações profissionais, etc. Os delegados de oficinas têm por dever investigar todo o operário novo. Se este não é membro de um sindicato, imediatamente é dado aviso ao convocador de oficina. Todo o operário que tem uma queixa qualquer a formular deve comunicá-la ao seu delegado de oficina, que dela previne o convocador de oficina. Se apenas se trata de uma queixa insignificante, o convocador e os delegados de oficina vão ter com o empregador para lhe fazer entender a situação. Se não chegam a acordo, é avisado o convocador em chefe e este reúne o conselho de indústria, que examina os motivos da queixa e, se é necessário, elige uma deputação para procurar a direcção da indústria.

Esta deputação deve actuar sempre segundo as instruções do Conselho. As decisões assim obtidas devem sempre ser submetidas aos operários, que conferem mandato aos delegados para as aceitar ou rejeitarem. Isto obriga os diversos delegados a abandonar o seu trabalho profissional durante um certo tempo, que consagram a um trabalho no interesse dos operários, seus mandantes. Esse tempo é-lhes pago, de maneira que não vêm, por tal motivo, o seu salário diminuído. Resulta deste funcionamento que nem os conselhos, nem os secretários ou convocadores estão de posse do poder executivo. Este reside somente na massa dos operários das oficinas e da indústria, que devem de cada vez conferir um mandato determinado aos seus eleitos. E, em suma, o sistema permanente e regular do *referendum*.

**INGLATERRA**  
O governo perante a atitude da organização operária  
LONDRES, 15.—O governo notifica hoje, em resposta ao resolvido ontem no Congresso dos Sindicatos Operários, que as tropas estão sendo mantidas na Irlanda, não estando ali como um exército de ocupação mas para impedir o ultraje e proteger os cidadãos, acrescentando que a intervenção da força armada foi bem recebida pelos representantes da opinião irlandesa. *Rádio*.

## NOTAS & COMENTARIOS

Um pau por um olho

Uma nota da área da que acabamos de receber informa-nos de que, por estes dias, será tratado no parlamento o caso dos funcionários civis e militares em comissão no estrangeiro, incluindo os da delegação portuguesa à conferência da paz. Esta delegação portuguesa é, pelos vistos, composta de notabilidades de muito valor, circunstância que não tem valor nenhum se olharmos aos serviços por eles prestados, e ao peso da choruda indemnização que a Portugal a Alemanha venceu pagará. O certo é porém que, no dizer da aludida nota da Arcada, só o chamado *Bureau* militar em Paris emprega, além do adido militar, quatro oficiais adjuntos, dois automoveis e não sabemos que mais. A casa onde os automoveis se recolhem custa cinco contos em ouro anualmente. A delegação portuguesa da Paz instala-se em dois andares do hotel Campbell, em Paris, e consome sobremaneira mais de oitenta libras em ouro por dia. Um pau por um olho, esta delegação portuguesa. O melhor que há a fazer é aumentar os vencimentos dos seus membros, atenta a carestia da vida...

Sciência

O governador de Cabo Verde propôs ao governo «para benefício da colónia»—que seja facilitada por todos os meios a emigração de caboverdeanos para a América. «Porquê uma tal proposta, que todo o raciocínio contraria? Por duas peregrinas razões, descobertas pelo sábio governador: Primeira: a colónia luta com falta de recursos. E' muito boa esta. Julgamos sempre nós que um homem, desde que trabalhe e produza, é um valor, uma fonte de riqueza, de progresso e de prosperidade. Ora Cabo Verde, como a Guiné, como Angola, como Moçambique, etc., é campo aberto a todas as actividades, é mina inexplorada, é oportunidade dada ao desprézo. Alguém se nos que o desejável seria conservar na colónia todos os braços capazes de exercer um esforço útil, quando mais melhor, orientar-lhes o esforço, fazê-los render para proveito próprio e da colectividade. Pois o governador de Cabo Verde, certamente uma notabilidade dasmas que nós temos pena de não conhecer, entende o contrário. Entende que para a América é que é o caminho. A segunda razão da sua proposta ao governo explica o caso: E' que, com a emigração para a América, passaria a chegar à ilha algum ouro proveniente das mesadas que os emigrantes enviassem a suas famílias. E está então provado que, com o vigente critério administrativo, só podemos agüentar-nos no balanço parasitando os outros povos, incompetentes que se mostram os nossos governantes para criar, dentro do país, riqueza que lhe baste? O mais curioso do caso é que o mesmo sábio governador de Cabo Verde informou o governo de que a falta de pessoal nas repartições de fazenda da colónia atingiu proporções aterradoras. O informe determinará talvez uma nova jornada de burocratas, para acudir ao perigo. E assim, tendo saído de Cabo Verde, com destino à América, os trabalhadores que ora lá vivem, ficarão no arquipélago algumas centenas de mangas de algodão apenas, a rilhar as últimas códeas que porventura nos cofres públicos existam ainda...

Não faz mal

Não temos governo há dias. Nem governo, nem azeite, nem açúcar, nem fósforos. O açúcar tem-nos feito muita falta de manhã para temperar o café; do alho, o azeite tem-nos feito uma falta bacanina ao jantar. Debaixo da nossa falta de azeite, há uma falta diabólica. A noite, para acender o candeeiro, o governo é que nos não tem feito falta nenhuma, nem de manhã nem à tarde nem à noite. Fora das esferas políticas, ninguém se tem apercebido da crise ministerial. O que não quer dizer que fique contestada a utilidade dos governos. Eles sempre servem para apressar, com os seus disparates, o aprofundamento da sociedade capitalista, merced da progressiva desilusão dos povos.

## União dos Sindicatos Operários

Conselho de Delegados

Reúne hoje, pelas 20 e meia horas, o Conselho de delegados a este organismo, a fim de se discutirem importantes assuntos de interesse para a organização.

## A guerra vermelha

Os polacos fazem promessas aos alemães para que sirvam nas suas fileiras

BERLIM, 13.—A imprensa alemã acacela os subditos alemães contra os recrutamentos polacos feitos em Breslau, onde com fantásticas promessas os polacos persuadem os alemães a infiltrar-se no exército da Polónia onde se encontrarão desgraças e fome se não encontrarem a morte. *Rádio*.

## 1.º Congresso Nacional da Indústria do Mobiliário

Não tendo ficado concluídos os trabalhos na reunião que ontem celebrou a comissão organizadora deste congresso, convidam-se todos os membros desta comissão a reunir hoje, às 20 horas prefixas, sem falta. Lembra-se a conveniência de comparecerem à hora marcada, visto as 21 realizar-se a assembleia do Sindicato Único Mobiliário, onde deve ser presente um assumo desta comissão de inadiável resolução.

## O QUE VAI LÁ POR FORA

PELA INGLATERRA

A política contemporânea do movimento operário—Os ferroviários e as munícias para a Irlanda.

Na Inglaterra, o país da legalidade e da burocracia operária, a questão do transporte de munícias e de tropas para a Irlanda ainda não foi resolvida pelas «*Trades Unions*».

As associações dos ferroviários irlandeses dirigiram um apelo aos operários ingleses e sobretudo às N. U. R. (União Nacional dos Ferroviários) pedindo-lhes que fossem solidários com eles na luta, mas até agora nada tem decidido, limitando-se, simplesmente, a empurrar a solução do caso das associações para a Confederação, desta para os congressos, e assim sucessivamente.

Primeiro num comício realizado em Londres, Thomas, secretário da N. U. R., disse que a recusa da parte dos ferroviários a transportar armas e munícias para a Irlanda, consistia em que um desafio à autoridade governamental, terminando, depois de ter tomado um hino de respeito pela vida dos «inocentes soldados e agentes de polícia», que se imolavam no altar do «dever» para defender a «ordem» contra os ataques dos «*sinn-feiners*» acabou por afirmar, que a questão seria resolvida mais tarde na conferência de Bristol, perante os próprios delegados dos ferroviários irlandeses.

Realizou-se esta e o único resultado obtido foi a nomeação duma comissão composta de membros da N. U. R., delegados das Unions e dos «*sinn-feiners*», que foi enviada a estudar o assunto. Respondeu este, simplesmente, que se os ferroviários irlandeses teimassem em não transportar tropas e munícias, suprimiria em toda a Irlanda o serviço de comboios.

Em vista desta declaração, a comissão eleita na conferência de Bristol decidiu então convocar uma nova conferência para 15 de Julho, que certamente adiará a solução do caso para outra ocasião, enquanto prossegue na Irlanda, sem tréguas, a luta dos «*sinn-feiners*» contra as tropas de Lloyd George.

PELA ITÁLIA

Os trágicos acontecimentos de Milão—A burguesia tentando aterrorizar o proletariado—Os soldados recusam-se a disparar.

No dia 23 de junho passado, o proletariado de Milão, em sinal de solidariedade para com os grevistas ferroviários, realizou em Arena um grandioso comício, no qual tomaram a palavra vários militantes socialistas e anarquistas. Quando este terminou, a multidão, como é costume, organizou um cortejo com bandeiras vermelhas à frente, dirigindo-se para o centro da cidade, onde se foi debruçar com os brutos que compõem a guarda dos carabinieri.

Parece que estes já estavam esperando a manifestação pela maneira pronta como a atacaram, travando-se imediatamente uma verdadeira batalha, que durou pelo menos uma hora.

Houve vários mortos e feridos, tendo os próprios burgueses disparado das janelas tiros de revólver sobre os grupos de operários.

Os soldados do regimento de infantaria 68 é que se comportaram como verdadeiros filhos do povo, não se tendo deixado ordenar pelos superiores, para que lhes fizessem fogo sobre a multidão.

Terminou no dia 24 de junho a greve dos ferroviários italianos, tendo voltado todos ao trabalho com a promessa de que lhes seriam satisfeitas, em breve, as suas reclamações.

O estado de excitação em que se encontra toda a classe, contribui certamente para que a promessa seja prontamente satisfeita, mas, no entanto, o movimento teria sido mais belo se eles só voltassem ao trabalho depois de terem conseguido tudo o que desejavam.

Como se esteja agora generalizando na Itália o uso da chamada greve branca, vamos transcrever o que a este respeito encontramos num artigo do diário anarquista *Umanità* Nova:

«Não sabemos o que poderá o Estado e a burguesia fazer perante esta forma de greve geral branca, com a qual os operários, tendo na sua mão os instrumentos de trabalho, podem fazer funcionar tudo o que seja útil ao proletariado e parar o que possa prejudicar, em especial, os interesses burgueses. Porque seria absurdo que se prolongasse uma greve geral, suspendendo a fabricação do pão, o fornecimento da água potável, do gás, etc., que são indispensáveis à vida e à própria resistência dos trabalhadores em luta.

Não se pode fazer com que falte o leite, as hortaliças e a carne às grandes cidades, pois que o povo é que seria o primeiro sacrificado, visto que a burguesia possui reservas e recursos muito maiores do que as dos operários.

Assim, todos os serviços, todos os trabalhos que suspenso trariam grave prejuízo à grande massa dos trabalhadores, devem funcionar regularmente, segundo as disposições dos próprios operários, independentemente de qualquer ingerência do capitalismo ou da autoridade.

E' esta, segundo nós, a única forma possível e leal de greve geral; a outra, com a abstenção pacífica do trabalho, e com as estúpidas emboscadas trapi-

cas da guarda régia no fim de todos os comícios, não tem senão vantagens para a burguesia, que com poucas espingardas sufoca os protestos de milhões de trabalhadores.

Com «a greve geral branca» não são bastantes, para darem assalto a todos os estabelecimentos invadidos pelos operários, os duzentos mil homens da guarda régia com todos os políticos e carabinieri da Itália.

Poderiam conseguir-no no passado, e a simples oficinas, não o conseguirão agora se todos se puzerem no seu posto em defesa da fábrica.

E então chegar-se há mais depressa à posse colectiva tornando-se a revolução menos dolorosa e de êxito mais seguro.

Por causa da partida de tropas para Albânia, iniciou o proletariado de Ancona um movimento revolucionário, de tal importância integrando num movimento geral, teria sido grandiosas consequências.

Foi na caserna que principiou a insurreição, mas dentro em pouco passou à praça pública.

Embora o movimento fosse pouco depois sufocado pelos reforços de tropas e pela artilharia naval, no entanto, na cidade, ele ficou vencedor e tanto o proletariado, consciente da sua força e cada vez mais esperançoso no triunfo da revolução, apenas ele terminou, declarou logo a greve geral, reclamando a liberdade dos camaradas presos.

Na ocasião da partida do 2.º regimento de granadeiros, que se dizia dirigir-se para a Albânia, juntou-se uma grande multidão na estação de Parma.

Os carabinieri não queriam permitir a entrada do povo na gare, mas este conseguiu-o à viva força, travando-se depois lá dentro uma verdadeira batalha a tiro e à pedrada por causa dum tiro de revólver disparado dum camarada.

Os tumultos só terminaram à tarde, tendo os comboios partido com grande atraso.

Em Rimini uma multidão enorme assaltou os armazéns e casas de negócio, debruçando-se corajosamente com a guarda régia e carabinieri.

A fusilaria foi vivíssima, mas os populares resistiram heroicamente. Em Pesaro, Portoferraio, Lorne, Pisa, Cambriglia e Spezia os mesmos casos se tem repetido.

## C. G. T.

Conselho Confederal

O parecer sobre a carestia da vida, já tornado público em *A Batalha* de domingo passado, foi lido pelo membro da respectiva comissão Júlio Luís.

Abel Pereira, depois de algumas considerações, apresenta a seguinte proposta:

Propunho para que a C. G. T. informe trimestralmente a organização operária, por intermédio de *A Batalha*, do aumento do custo da vida, do relatório e bem assim o aumento de salários.

Joaquim Francisco diz concordar com o relatório e suas conclusões, alviram que a C. G. T. colha das centrais dos outros países elementos sobre o custo da vida e salários para serem apreciados pelo povo português, terminando por apresentar a seguinte proposta:

Propunho que a C. G. T. oficie às organizações internacionais para que nos informem sobre o custo da vida e salários em seus respectivos países.

A seguir, M. J. de Sousa, depois de referir-se ao parecer, manda para a mesa a moção seguinte:

O conselho confederal, apreciando o parecer sobre a carestia da vida, constata que as suas conclusões estão conformes com a direcção da C. G. T. portuguesa e resolve, aprovando, convocar todos os organismos sindicais a pronunciarem-se na única sessão numa campanha nacional e homogênea de carácter permanente até se conseguir o objectivo ou objectivos no parecer enunciados.

Júlio Luís diz não pertencer à comissão apresentar outro trabalho; na sua opinião a C. G. T. não pode decretar determinado movimento sem que os organismos confederados se pronunciem.

Carlos Vicente opina porque as Unions Locais levem a efeito comícios públicos para se observar se tanto os organismos como as massas estão ou não na disposição de acompanhar a campanha.

Segue-se-lhe Eduardo Jorge, que diz estar de acordo em que a massa se pronuncie e recorde o que se passou com o movimento de 18 de Novembro, concluindo por dizer que são indispensáveis sessões preparatórias.

Na mesma ordem de ideias se pronuncia Alfredo Pinto, acrescentando que as manifestações recentes de Setúbal e Azambuja são sintomáticas, pois demonstram o estado de desespero das populações.

João Pedro dos Santos confessa-se satisfeito pela forma como a questão foi posta, com carácter aial, e não exclusivista, questão que, aliás, só a C. G. T. pode assim tratar, pois os restantes organismos já não trataram tam momento assunto. Continuando, diz que os restantes organismos ou são patronais ou são políticos. Os primeiros são contra o povo, que exploram, e os segundos são a questão política do preço, culpa e duma forma ridícula e caricata. Afirmo, pois, que a C. G. T. vai fazer o movimento, não precipitadamente, mas com firmeza.

Joaquim Francisco volta a fazer uso da palavra para emitir ainda a opinião de que a C. G. T. deve atender à circunstância de nem sempre os organis-

## A BATALHA NO PORTO

O escândalo das subsistências—As juntas de freguesia protestam em vão—O povo sofre Os roubos prosseguem—Os governos

PORTO, 12.—A questão das subsistências complica-se estupidamente. Umavez este melindroso assunto faz-nos chorar, se é que ainda temos lágrimas nos olhos; outras faz-nos rir, para espantar um tanto o nosso quebrantamento físico e moral. E' que a tragédia substancial tem também o seu lado cómico. As juntas de freguesia tem sido incansáveis em reuniões, censurando continuamente o desprézo absoluto a que foi lançada esta cidade; tem batido o pé em frente do delegado dos Abastecimentos que, fiando-se mais nas alcavalas das negociações, fornece os gêneros que adquire oficialmente às casas particulares. As mesmas juntas de freguesia tem erigido o seu protesto veemente contra o desvio do açúcar que vem para ser distribuído pelo povo, mas que, por um erro de directriz, vai parar aos particulares, aos cafés mais importantes e às confeitarias. Ainda as mesmas juntas, em face de tanta pouca vergonha, tem frequentemente ameaçado com a sua demissão colectiva, mas, não se sabendo bem porque, dizem-se conservando nos seus postos, dizendo mal dos governantes e mastigando o mal contido óio que nutrem pelo delegado dos Abastecimentos com quem, no governo civil, estiveram para chegar a vias de facto...

Por outro lado, um importante matutino do burgo tem dito coisas terríveis para os senhores do mando e para os assambarcadores, chegando mesmo a explicar quais os severos castigos que os ladravazes intermediários recebiam em certas épocas distantes, tanto aplicados pelo povo, como os empregados pelos reis. E conclama afilivamente: «A caranguejola do Estado vai mesmo à beira do precipício. Deitem-lhe a mão! Salvemo-nos todos!»

Mas como impera a astúcia manha em vez da inteligência, triunfando a mentira em lugar da sinceridade, o Estado, por mais que lhe queiram deltar a mão, declina sempre, rola para a cova funda do mais insondável abismo, porque... porque «se houvesse rectidão, energia e moralidade em cima, não haveria assambarcadores *ca em baixo*; porque os verdadeiros culpados são «todos aqueles que deixam os assambarcadores à solta e até os sentam nas poltronas dos seus gabinetes»; são «os ministros que não correm com os pretendentes que, não sendo negociantes matriculados, vão a Lisboa ocupar-se das necessidades do Norte».

Ora como os «decretos vem recheados de portas falsas e por elas saem, uns após outros, os exploradores do povo, os assambarcadores, os viciadinhos, os que não tem escrúpulos nem consultam a consciência antes de darem um passo na vida», os escândalos, as roubafeiras, os desvios, os *trucs*, a malandrice persistem cada vez mais desenvolvidos, vilipendiando-se constante e impudentemente este desgraçado povo muito do qual, a pé ou de carro, com ou sem merendola, se arrastou até à romaria do S. Bento das Perras!

De maneira que a população do Porto, que não pertence aos amigos nem aos afiliados, continua a não possuir pitada de açúcar, a não ter possibilidade de adquirir um quartilho de azeite e a não ter permissão de comprar 10 gramas de pão limpo, alvo, sadio, mesmo que sejam destinadas a um doente que não se pode envenenar mais.

O carvão, como caminhamos para o inverno, está sendo escondido, com o ceram do mercado, na certeza de que

o seu custo vai, em breve, subir; os senhores, todos os meses, agravam os alugueis e, com duas tretas e uns tos-tos, conseguem pôr na rua os cacos dos inquilinos recalcitrantes. Pois se até já se chega ao descaramento de se exigir o aluguer em cobre ou em prata, como se este metal houvesse cá no burgo!

Enfim, isto promete. E tanto assim que, como se fala já em criar dois tipos de pão, a farinha está sendo armazenada fora de barreiras para... ora para o que havia de ser para ser vendido o pão barato, baratíssimo mesmo!... Porque, durante a semana finda, os gêneros embareteram mais um pouco, como sempre...

Os empregados telegrafo-postais reabriram a Delegacia—«A Batalha» cai no agrado daqueles funcionários—Ainda e sempre o «Sam Bernardo»

Como o chefe superior do distrito comunicasse que a Delegacia dos Empregados Menores dos Correios e Telegrafos podia reabrir-se, visto que estava encerrada desde a última greve telegrafo-postal, a direcção daquela colectividade imediatamente procedeu à sua reabertura resolvendo, em sinal de regresso, ter, durante três dias, hasteda a sua bandeira. Depois, ocupou-se de assuntos de interesse colectivo, devendo, dentro de poucos dias, ser convocada a classe para uma reunião.

A notícia publicada em *A Batalha* a propósito das proezas do S. Bernardo, satisfez, ao que me informam, todos os empregados menores dos correios e telegrafos, que, como uma verdadeira manifestação, quasi todos compraram o jornal, lendo e comentando a local com vivacidade.

E já que toquei no assunto, aí vai, a juntar ao súdrio, mais o seguinte: De Penafiel e Paredes, a solicitação da secção dos telegrafos desta cidade, portanto, de S. Bernardo, vieram dois guardas-fios destinados a determinados serviços urgentes, os quais, ao que parece, levam uns meses a concluir. Sucedeu que os guarda-fios, precisando de ir, domingos, às suas terras, de onde foram deslocados excepcionalmente, não só para visitar suas famílias, mas também por outras necessidades, solicitaram do sr. João Bernardo Figueiredo, o S. Bernardo, licença para, por algumas horas, se ausentarem daqui. S. Bernardo, não tendo a simples pedido era deferido. Mas não, S. Bernardo, desgostoso até ao enraivecimento pelas notícias de *A Batalha*, negou as guarda-fios tal concessão, mas negou-a duma forma insolita. O mais bonito do caso é que os dois guarda-fios, no referido domingo, não trabalharam para o Estado. S. Bernardo, para prestar favores a amigos, mandou-os, juntamente com outro seu colega e um chefe de guarda, para uma fábrica de sulfureto que existe em Gaia, para cuidarem duma instalação eléctrica particular.

Quer dizer: o Estado pagou àqueles funcionários menores, que vieram de fora para serviços oficiais, o ordenado competente, a ajuda de custo como deslocados e as horas extraordinárias—tudo para benefício duma fábrica de sulfureto.

E foi para isto que S. Bernardo, zelador dos interesses do Estado, negou a petição aos guarda-fios. Ora além de ser uma surripuladela nos cofres do Estado, foi uma revoltante violência, ceram do mercado, na certeza de que

## Um general bolchevista

Conta 27 anos, o chefe dos vermelhos na frente polaca

LONDRES, 15.—Num radiograma expedido de Moscova o governo bolchevista desmente a notícia segundo a qual o general Brussloff é o comandante em chefe dos exércitos vermelhos que combatem na linha de combate polaca. Estes exércitos, diz o radiograma, encontram-se sob o comando supremo de Lugachewski, que conta 27 anos, e que comandara anteriormente o exército contra Kolchat e depois contra Denikine.

Relativamente a Budieni, chefe da cavalaria, longe de ser general nada mais é que um cabo, membro do partido comunista. *Rádio*.

## «Bandeira Vermelha»

Este nosso colega publica-se hoje com 4 páginas, em edição especial a vermelha e é ilustrada com os retratos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, vilmente assassinados pelo governo dos social-traidores. Preço deste número especial 10 centavos.

## A conferência de Génova

As 8 horas para os trabalhadores do mar

ROMA, 15.—Segundo os jornais italianos, M. Albert Thomas declarou em Génova, a que a questão do dia de oito horas para os trabalhadores de mar seria objecto do estatuto da conferência de Bruxelas e que será feito todo o possível para o fazer aprovar. De contrário produzir-se-ia uma greve geral de trabalhadores marítimos. *Rádio*.

A Batalha encontra-se à venda na Rua da Bica do Sapato, 16-A



